



INSS cobra valores da desaposentação

O INSS está cobrando os valores pagos a mais aos aposentados que obtiveram, por ação judicial, a chamada desaposentação. A medida já promete um novo round entre segurados e o Instituto nos tribunais. Vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em 2016 que a troca de benefício não seria possível. **A-4**

Em cinco anos, previdência privada dobra de tamanho

Opção leva em conta temor com economia e emprego

Diante de incertezas da economia e do mercado de trabalho, os brasileiros veem a previdência privada como uma promessa de segurança no futuro. O setor

dobrou de tamanho nos últimos cinco anos, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida. As reservas aplicadas passaram de R\$ 319 bilhões

em 2012 para R\$ 779 bilhões até o final de março deste ano, quando 13,4 milhões de brasileiros já tinham seu plano pessoal de aposentadoria. **A-3**

Fonte do Clipping: Jornal A Tribuna – 21/07/2018

INSS convoca 178 mil segurados para perícia médica

O INSS convocou nesta sexta-feira, 20 de julho, 178.935 segurados que recebem auxílio-doença e aposentadoria por invalidez e que não passam por perícia há mais de dois anos. Os segurados fazem parte do pente-fino que o instituto está passando nos benefícios por incapacidade desde 2016. A lista com os nomes está no “Diário Oficial da União”. Os beneficiários têm até o dia 13 de agosto para agendarem as perícias médicas. A lista contém os nomes de quem não foi localizado por carta para fazer a revisão. Também foram convocados segurados que não agendaram a perícia no prazo determinado. O beneficiário convocado deve marcar o exame na Central 135 ou pelo site meu.inss.gov.br.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 21/07/2018

Fazenda contesta critério de reajuste de planos de saúde e pede mudanças

O reajuste do plano de saúde de 8 milhões de pessoas é calculado com base em uma metodologia falha, afirmam documentos técnicos do Ministério da Fazenda. Por lei, a pasta tem que se pronunciar todo ano sobre o índice de aumento proposto pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), a quem cabe a conta e a palavra final a respeito do tema. As críticas do órgão econômico estão presentes em notas técnicas ao menos desde 2014. Neste ano, a cobrança é enfática. Com data de 11 de junho, o parecer redigido pela Fazenda diz que há erros conceituais no cálculo e que ele permite às operadoras repassar ao consumidor o custo de falhas de eficiência. O reajuste de que trata o documento é o anual, aplicado ao usuário no mês de aniversário de contratação do plano. Estão sujeitos a esse aumento clientes de planos individuais ou familiares contratados após 1998, o que corresponde a 17% do mercado. Planos coletivos, contratados por empresas e associações, não têm um limite de reajuste anual. A distinção de tratamento parte do princípio de que a vulnerabilidade do consumidor é diferente nas duas categorias: como os planos coletivos envolvem um grupo de pessoas, na negociação do reajuste haveria equilíbrio maior entre o poder de barganha dos clientes e o das operadoras. Com base nesse mesmo raciocínio, a ANS calcula desde 2001 o reajuste dos planos individuais com base no percentual aplicado pelas operadoras aos planos coletivos. Neste ano, o resultado foi a autorização de um aumento de até 10%, superior à inflação de 3,73%, como apontou o ministério. Para a Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda, há dois problemas principais no cálculo dessa taxa. Um deles, mais técnico, envolve o uso de um conceito estatístico e a exclusão da base de cálculo de alguns dados de reajuste. O outro questionamento da Fazenda é em relação ao modelo econômico usado pela ANS, o “Yardstick Competition”, que embasa a equiparação de reajuste dos planos individuais aos dos coletivos. Para o ministério, é preciso cuidado ao usar o modelo, pois ele tem limitações como “possibilidade de formação de conluio entre as firmas para influenciar o resultado” e “dificuldade de acesso a informações de custos resultantes da competição dos agentes”. Outro erro, para a pasta, é a ANS levar em conta o aumento do preço dos planos, e não o custo real dos serviços prestados pelas operadoras.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 20/07/2018

96% dos usuários tiveram problemas com planos de saúde, diz pesquisa

Pesquisa da Associação Paulista de Medicina (APM) aponta que 96% dos usuários de planos de saúde relataram algum tipo de problema na utilização do serviço nos últimos dois anos. O percentual é maior do que o verificado na última pesquisa em 2012 (77%). Nas consultas médicas, as dificuldades passaram de 64% para 76%. No caso dos exames passaram de 40% para 72%. Foram entrevistadas 836 pessoas, entre 25 de abril e 2 de maio deste ano. Entre os pacientes que tiveram dificuldade nas consultas, o principal problema apontado é a demora na marcação (60%), seguido da saída do médico do plano (37%) e da falta de médico para as especialidades (23%). Com relação aos exames, 42% disseram que tiveram que realizar em lugares diferentes, 39% reclamaram da demora para a marcação, 38% apontaram para o fato de haver poucas opções de laboratórios e clínicas, 31% disseram que houve demora para a autorização de algum procedimento e 22% disseram que o plano não cobriu algum exame ou procedimento. Com relação ao pronto atendimento, usuários relataram lotação na sala de espera (76%), demora no atendimento (59%), demora ou negativa para exames ou procedimentos (34%) ou demora e negativa na transferência para internação hospitalar (12%).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 20/07/2018

Comércio e indústria cortam vagas e frustram retomada

Pela primeira vez em 2018, as demissões superaram as contratações no mercado de trabalho formal em junho. Após a desaceleração nos meses anteriores, o corte de vagas terminou de frustrar a expectativa de recuperação do emprego neste ano. O saldo do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) ficou negativo em 661 vagas em junho, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho nesta sexta-feira (20). Em igual mês do ano passado, o saldo foi positivo. Foram criadas 9.821 vagas com carteira assinada. O resultado ruim se torna mais significativo por ter sido registrado em um mês que costuma ter criação de emprego, segundo o professor Hélio Zylberstajn, da USP (Universidade de São Paulo). "Nesse período do ano, em uma época normal, estaríamos com crescimento no emprego", disse. "Esse dado acaba de enterrar a esperança que a gente tinha há seis meses, de que este seria um ano bom." Desde 2002, junho só havia tido resultados negativos em 2015 e 2016, de acordo com a série histórica do governo. Zylberstajn diz que a paralisação dos caminhoneiros, que afetou o desempenho da economia em diversos aspectos, também impactou o mercado de trabalho à medida que piorou as expectativas. Essa não foi, contudo, a única explicação para o resultado do mês passado, de acordo com o especialista. "A coisa já não vinha bem antes da greve. O que a greve fez foi piorar", disse. Nos meses anteriores, o mercado formal já mostrava forte desaceleração, mas ainda tinha um saldo positivo --ou seja, as contratações superavam as demissões. Em maio, o Brasil registrou a criação de 33,7 mil vagas formais. No acumulado no primeiro semestre de 2018, o saldo de criação de emprego está positivo em 392,5 mil vagas. O problema é que, no fim do ano, sempre há uma grande quantidade de demissões, que podem reverter o saldo positivo. "Tudo que a gente ganhou até agora será perdido em dezembro e mais um pouco. Então o que a gente vai ganhar depende de julho a outubro, porque novembro e dezembro já tem demissão", disse Zylberstajn. Outro fator que afeta as contratações especialmente no segundo semestre é o período eleitoral. "Todas as empresas, todos os setores estão esperando o quadro da eleição ficar mais claro para tomar decisões." Em junho, a agropecuária garantiu um saldo positivo de 40,9 mil, que, segundo Zylberstajn, é sazonal -ou seja, típico para este período. Mais de metade está ligada só à cultura de café e de laranja. Por outro lado, a indústria de transformação e o comércio foram os setores que mais cortaram vagas. Cada um deles fechou mais de 20 mil empregos no mês passado. Entre as regiões, o Sul foi responsável por um saldo negativo de mais de 17 mil vagas. As demais regiões registraram saldos positivos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 21/07/2018 (online)